
Citação bibliográfica: Robaina, I., Soria, C.H., Andrade, I., & Andrés, G. (2025). Dinâmica demográfica e segregação urbana: considerações geográficas sobre a população brasileira em cidades médias de Castilla y León. *Ikara. Revista de Geografías Iberoamericanas*, (5). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3612>

Dinâmica demográfica e segregação urbana: considerações geográficas sobre a população brasileira em cidades médias de Castilla y León

Igor Robaina*¹ 

Carlos Hugo Soria*¹ 

Ítala Andrade² 

Gonzalo Andrés¹ 

Resumo: A presente investigação analisa a distribuição e a segregação urbana da população brasileira em nove áreas urbanas compostas por cidades médias de Castilla y León, Espanha. Metodologicamente, foram utilizados dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) para avaliar a evolução da população brasileira nesses espaços ao longo de cinco períodos: 2003, 2007, 2012, 2017 e 2022. O Índice de Segregação Residencial (ISR) foi empregado para observar a segregação urbana. Os resultados indicam dinâmicas diferenciadas da população brasileira nesses territórios, sugerindo lógicas distintas de distribuição populacional, baseadas em características sociodemográficas e econômicas. Embora o ISR não forneça uma análise completa, ele aponta para a existência de redes de apoio entre imigrantes, com áreas de maior concentração apresentando ISR baixos e médios. O estudo contribui para a compreensão das dinâmicas demográficas dos brasileiros em Castilla y León, além de oferecer uma análise mais ampla da segregação da população estrangeira na Espanha.

Palavras-chave: índices; distribuição; diferenciação; Brasil; coletivo.

Dinámica demográfica y segregación urbana: consideraciones geográficas sobre la población brasileña en ciudades medias de Castilla y León

Resumen: La presente investigación analiza la distribución y la segregación urbana de la población brasileña en nueve áreas urbanas compuestas por ciudades medias de Castilla y León, España. Metodológicamente, se utilizaron datos del Instituto Nacional de Estadística (INE) para evaluar la evolución de la población brasileña en estos espacios a lo largo de cinco periodos: 2003, 2007, 2012, 2017 y 2022. El Índice de Segregación Residencial (ISR) se empleó para observar la segregación urbana. Los resultados indican dinámicas diferenciadas de la población brasileña en estos territorios, sugiriendo lógicas distintas de distribución poblacional, basadas en características sociodemográficas y económicas. Aunque el ISR no ofrece un análisis completo, señala la existencia de redes de apoyo entre inmigrantes, con áreas de mayor concentración que presentan ISR bajos y medios. El estudio contribuye a la comprensión de las dinámicas

¹ Universidad de Burgos (Espanha). * Autor/a para la correspondencia: chsoria@ubu.es ² Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil).

Fontes de financiamento: Os resultados desta pesquisa fazem parte do projeto de investigação financiado pelo Ministerio de Ciencia e Innovación (MCIN) “Segregación socioespacial y Geografías de la vida cotidiana en las ciudades medias españolas y sus áreas urbanas” (PID2021-124511NB-C21).

demográficas de los brasileños en Castilla y León, además de ofrecer un análisis más amplio de la segregación de la población extranjera en España.

Palabras clave: índices; distribución; diferenciación; Brasil; colectivo.

Demographic dynamics and urban segregation: geographical considerations on the Brazilian population in medium-sized cities of Castilla y León

Abstract: This research analyses the distribution and urban segregation of the Brazilian population in nine urban areas composed of medium-sized cities in Castilla y León, Spain. Methodologically, data from the National Institute of Statistics (INE) were used to evaluate the evolution of the Brazilian population in these areas over five periods: 2003, 2007, 2012, 2017 and 2022. The Residential Segregation Index (ISR) was used to observe urban segregation. The results indicate differentiated dynamics of the Brazilian population in these territories, suggesting different logics of population distribution, based on socio-demographic and economic characteristics. Although the ISR does not provide a complete analysis, it points to the existence of support networks among immigrants, with areas of higher concentration showing low and medium ISR. The study contributes to the understanding of the demographic dynamics of Brazilians in Castilla y León, as well as offering a broader analysis of the segregation of the foreign population in Spain.

Key words: index; distribution; differentiation; Brazil; collective.



1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Brasil tem uma população superior a 203 milhões de habitantes. Além disso, estima-se que cerca de 4,5 milhões de brasileiros vivam fora do país, representando aproximadamente 2,4% da população total (Brasil, 2023). A Península Ibérica se destaca como uma região importante no cenário da migração brasileira, e a Espanha figura como o sexto destino mais procurado por emigrantes brasileiros, abrigando cerca de 165 mil pessoas, o que corresponde a 3,6% dos brasileiros no exterior (Brasil, 2023).

Dado o número significativo de brasileiros residentes na Espanha e a relevância do país como destino migratório, este estudo busca examinar a segregação residencial dessa população em cidades médias espanholas da comunidade de Castilla y León. Embora haja estudos anteriores sobre a migração brasileira na Espanha, há uma escassez de análises focadas nas regiões interiores do país, que têm ganhado destaque recentemente em função da desaceleração do crescimento populacional nas grandes metrópoles. Pesquisas anteriores se concentraram principalmente nos volumes migratórios e seus impactos na estrutura socioeconômica (Solé et al., 2011; Barrio & Duarte, 2012), na identidade brasileira na Espanha (Guizardi, 2013), no tráfico de pessoas (Pérez, 2015), no mercado do sexo e questões matrimoniais (Piscitelli, 2009; Becerril & Cabello, 2022), bem como na migração de retorno (Cavalcanti & Parella, 2012). Além disso, estudos sobre o mercado de trabalho destacam as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros, que se inserem predominantemente no setor de serviços e cuidados pessoais (Parella & Cavalcanti, 2010). No entanto, há uma lacuna no que diz respeito à investigação da relação entre a residência dos imigrantes brasileiros e o fenômeno da segregação urbana no contexto espanhol. Embora o tema seja relevante tanto para o governo espanhol quanto para a comunidade acadêmica (Porcel, 2020; Checa & Nel'lo, 2021), ainda há uma ausência de análises profundas nesse sentido.

Este estudo visa preencher essa lacuna, investigando a distribuição espacial e a evolução ao longo dos anos 2003, 2007, 2012, 2017 e 2022. Para isso, foram utilizados dados do Padrón Continuo de Habitantes, obtidos do Instituto Nacional de Estatística (INE). Além disso, foi realizada uma análise exploratória sobre o nível de segregação urbana utilizando o Índice de Segregação Residencial (ISR). O cálculo do ISR foi baseado no Censo de População e Habitação e no Atlas de Distribuição da Renda dos Domicílios (ambos

de 2021), também fornecidos pelo INE. A análise buscou explorar os mecanismos por trás das possíveis variações e similaridades observadas.

A escolha das cidades médias se justifica não apenas pela falta de estudos sobre suas dinâmicas de segregação urbana, mas também pelo interesse específico na comunidade brasileira. Essas cidades desempenham um papel importante no sistema urbano espanhol, especialmente do interior peninsular, atuando como centros regionais e contribuindo significativamente para a economia e a política do país.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEGREGAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO ESTRANGEIRA E CIDADES MÉDIAS

A condição de ser estrangeiro em um novo território envolve múltiplos fatores que influenciam decisões migratórias, especialmente no que tange à rede urbana e às dinâmicas sociais e econômicas (Carling & Schewel, 2020). Essas dinâmicas variam significativamente entre pequenas cidades, cidades médias e metrópoles. Nos últimos anos, a migração e a segregação urbana despertaram crescente interesse acadêmico, especialmente na Europa. Pesquisadores como Malheiros (2002), Musterd (2020), Vaughan & Arbaci (2011) e Tammaru et al. (2015) têm se concentrado em compreender as origens e consequências dessas migrações.

Os debates teóricos acerca da segregação urbana englobam uma multiplicidade de questões complexas. Esse fenômeno, longe de ser recente, está presente em diversas realidades urbanas ao redor do mundo (Hiebert, 2009; Nightingale, 2012; Holloway, 2017). A Geografia, como disciplina científica moderna, contribui para a análise desse tema por meio de abordagens teóricas e metodológicas, fundamentadas na ideia de diferenciação espacial. Este conceito é um dos alicerces do campo, explorando as dinâmicas de concentração, dispersão e distribuição, bem como aspectos relacionados à forma, função, estrutura, processos, práticas e significados (Correa, 2022; Lussault, 2015; Vasconcelos, 2013).

Um dos pontos cruciais é definir em que momento a diferenciação socioespacial se configura como segregação e, adicionalmente, determinar em que medida esse processo pode ser considerado negativo, refletindo injustiças socioespaciais. Na perspectiva geográfica, a explicação dos fenômenos não se baseia na aleatoriedade, e a segregação não foge a essa lógica. Torna-se cada vez mais claro que a segregação está vinculada a processos de rupturas econômicas, políticas e sociais que afetam o acesso a recursos, direitos e a integração urbana, em vez de ser uma característica intrínseca às cidades.

Do ponto de vista do rigor científico, os parâmetros epistemológicos aplicados ao estudo da segregação urbana são amplos e diversificados. Eles abrangem desde abordagens qualitativas ou filosóficas até a formulação de indicadores, variáveis e índices quantitativos, ainda que haja significativa heterogeneidade dentro de cada uma dessas abordagens. Ademais, a segregação está intrinsecamente relacionada a uma série de fatores, como renda, faixa etária, nacionalidade, grupo étnico, idioma, ocupação, nível educacional e gênero, o que adiciona camadas de complexidade à sua compreensão.

Na perspectiva geográfica, os extremos da segregação urbana, como os espaços marcados pela extrema pobreza e os condomínios fechados e fortificados, destacam-se de maneira expressiva nos territórios e nas paisagens urbanas. A amplitude desse fenômeno abrange desde ações estatais, como a implementação de grandes projetos habitacionais em áreas periféricas, que intensificam a marginalização da população pobre (Brun & Chauviré, 1983), até decisões cotidianas dos atores sociais, que utilizam estratégias espaciais de distanciamento físico e simbólico (Lussault, 2003). Um exemplo claro disso é a escolha de escolas para os filhos com base em critérios relacionados à renda ou à composição étnica dos alunos (Merry, 2011).

Além disso, esses processos são influenciados por contextos históricos, políticos e culturais específicos a diferentes escalas espaciais –seja em nível nacional, regional ou urbano– o que impede uma leitura estática ou universal. Torna-se, portanto, necessário um entendimento dinâmico e relacional, que considere múltiplas dimensões (Villaça, 2001; Kaplan; Woodhouse, 2005; Harris, 2016) e permita diferentes abordagens teóricas e metodológicas em distintos contextos globais (Vaughan & Arbaci, 2011).

Os debates sobre segregação urbana ganharam maior relevância e visibilidade no primeiro quarto do século XX, especialmente devido às contribuições da Escola de Ecologia Humana da Universidade de Chicago. Embora essa escola tenha adotado um modelo explicativo não linear e heterogêneo, o sociólogo

Robert Park teve um papel central nesse desenvolvimento. Sua influência se manifestou tanto na formulação de ideias e modelos sobre a organização interna das cidades e os processos de segregação urbana quanto na mobilização de outros pesquisadores para explorar esses temas na mesma instituição.

Conforme apontado pelo geógrafo Nicholas Entrikin (1980), apesar das críticas frequentes ao pensamento de Park por suas conexões com o darwinismo social e o positivismo –evidenciadas no uso de metáforas como competição, invasão, sucessão e simbiose–, sua abordagem era mais ampla e possuía um diálogo significativo com a dimensão espacial. Essa diversidade de referências contribuiu para uma compreensão mais complexa e multifacetada da segregação urbana, consolidando a importância da perspectiva espacial nos estudos urbanos.

Uma das contribuições mais relevantes da Escola de Ecologia Humana foi a obra *The City* (1925), publicada por Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie. Esse livro estabeleceu novas bases científicas para o estudo das cidades. Conceitos fundamentais, como centro, periferia e segregação, foram apresentados através do modelo das zonas concêntricas. Esse modelo, estruturado a partir do Distrito Central de Negócios (Central Business District ou Loop), se estendia até os subúrbios e cidades satélites (Commuter Zones), destacando-se pela simplicidade e aplicabilidade em diferentes contextos urbanos ao redor do mundo.

No que se refere à segregação, Ernest Burgess formulou um modelo a partir da cidade de Chicago que influenciou profundamente o imaginário das ciências humanas e sociais. Ele identificou áreas específicas, como o Gueto Alemão (Deutschland Ghetto), a Pequena Sicília (Little Sicily), o Cinturão Negro (Black Belt), a Pequena Polônia (Little Polands) e os bairros chineses (Chinatowns). Além disso, utilizou metáforas espaciais como “ilhas” (islands) e “bolsos” (pockets), representando de forma simbólica a fragmentação e a diferenciação socioespacial dentro do ambiente urbano.

De algum modo, esta obra desencadeou inúmeras pesquisas que fortaleceram a discussão sobre o tema e o seu aprofundamento, especialmente, com a ênfase étnico-racial e sua interface com a população estrangeira e a migração. Destacam-se diretamente 3 obras neste período que se estende até a primeira metade do Século XX, que são: *The Ghetto*, de Louis Wirth (1927); *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side*, de Harvey Zorbaugh (1929) e *The Negro Family in Chicago*, de Franklin Frazier (1932). Cada um discute a sua maneira diferentes questões, como a forte segregação entre setores extremos de riqueza e pobreza em áreas relativamente próprias no território de Chicago, bem como, a presença de diferentes minorias de origem estrangeira e seus respectivos quadros desigualdade e violência, inclusive, que dará desdobramento para a própria noção do estigma e a questão da população de origem africana ao longo dos séculos no território americano e suas consequências no modelo de urbanização e desigualdade social no caso da cidade localizada em um dos polos industriais mais importante no planeta no referido período.

David Harvey (1977, p. 137) ressalta essa interdependência ao afirmar que “a escola de geógrafos urbanos de Chicago foi uma consequência da Escola de sociólogos de Chicago”. Esse legado demonstra como o diálogo interdisciplinar entre Sociologia e Geografia foi fundamental para a compreensão das dinâmicas espaciais urbanas, oferecendo novas perspectivas teóricas e metodológicas para a análise da segregação e da organização das cidades.

Apesar das relevantes contribuições sobre o tema da segregação urbana, os trabalhos da Escola de Chicago passaram a ser alvo de críticas severas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, em particular durante a década de 1960. Os teóricos marxistas questionaram os limites das abordagens da Escola de Chicago, argumentando que suas análises não consideravam adequadamente as contradições do capital e suas implicações na produção do espaço urbano.

Essas mudanças no pensamento foram fundamentais para aprofundar a compreensão da segregação socioespacial. A perspectiva marxista trouxe à tona a exploração das relações de classe, a dinâmica da acumulação capitalista e os processos de produção de desigualdades espaciais, enfatizando a forma como o capitalismo estrutura a cidade e reforça as segregações. Uma figura emblemática nesse contexto é o filósofo Henri Lefebvre, cuja trajetória heterodoxa com o marxismo facilitou sua aproximação com o estudo do urbano. Como aponta Andy Merrifield (2006), foi Lefebvre quem lançou algumas das bases para uma

compreensão crítica do espaço urbano como produto das relações sociais capitalistas. No entanto, foi o geógrafo David Harvey quem retomou e difundiu o pensamento urbano e espacial de Lefebvre no mundo anglófono e além, inclusive na França, por meio da obra *Social Justice and the City* (1973).

No que se refere especificamente à segregação socioespacial, David Harvey publicou *Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation* (1975), contribuindo para uma análise marxista da diferenciação residencial em sociedades capitalistas.

Portanto, é possível observar uma transformação significativa nos estudos sobre segregação urbana, que evoluíram desde as análises iniciais da Escola de Chicago, focadas em perspectivas escalares dos grupos étnicos e sociais, até as abordagens marxistas desenvolvidas por David Harvey e o fortalecimento da Geografia Crítica. Essa mudança de paradigma ampliou as possibilidades de investigação, posicionando a Geografia como uma disciplina central nos debates marxistas urbanos.

Esse novo enfoque permitiu explorar temas emergentes, como a relação entre segregação e os espaços públicos, os processos de gentrificação e o desenvolvimento de uma análise fundamentada na dialética socioespacial. Esses estudos trouxeram à tona não apenas as dinâmicas materiais do espaço urbano, mas também suas dimensões simbólicas, políticas e sociais.

Compreendendo a ciência como um “verdadeiro campo de batalha”, os marxistas também não escaparam de críticas. Se os intelectuais da Escola de Chicago eram questionados por sua abordagem descritiva e pela falta de uma postura crítica em relação às contradições do capital, os marxistas, por sua vez, foram acusados de produzir análises excessivamente generalistas. Essas críticas destacavam a falta de atenção às dimensões escalares e à ausência de uma precisão territorial que indicasse onde, de fato, a segregação se materializava no espaço urbano.

Nesse contexto, surgiram os teóricos quantitativos que se dedicaram à construção de índices de segregação e à aplicação de métodos estatísticos para medir e analisar com maior precisão os padrões espaciais de segregação. Esse enfoque buscava fornecer dados concretos e mensuráveis, complementando as análises qualitativas e oferecendo uma compreensão mais detalhada e localizada do fenômeno.

Durante o terceiro quarto do século XX, tanto os marxistas quanto os teóricos quantitativos coexistiram e competiram no cenário intelectual, contribuindo para inovações no entendimento da segregação urbana. Essa diversidade de abordagens ampliou significativamente o campo, combinando reflexões críticas sobre as relações de poder e desigualdade com métodos rigorosos de análise espacial.

O geógrafo Daniel Hiebert (2009a) aponta que as mudanças no campo da Geografia, iniciadas ao término da Segunda Guerra Mundial e fundamentadas no pragmatismo, buscavam alcançar maior rigor, precisão e objetividade científica por meio da abordagem quantitativa. Essas novas perspectivas deram origem à *New Geography* ou Geografia Quantitativa, promovendo transformações significativas nos métodos, técnicas e procedimentos aplicados na disciplina.

Nesse contexto, o estudo da segregação socioespacial passou a ser tratado com maior ênfase em modelos estatísticos e indicadores quantitativos. Embora essas abordagens não estivessem isentas de controvérsias, havia uma tentativa clara de reduzir a influência de aspectos subjetivos e ideológicos, tanto políticos quanto sociais, que poderiam interferir nas análises e nas tomadas de decisão relacionadas ao território (Wong, 2009).

A construção de índices específicos tornou-se um objetivo central para a compreensão da segregação socioespacial. Um marco importante nesse processo foi a contribuição dos sociólogos Otis Duncan e Beverly Duncan (1955), que desenvolveram o Índice de Dissimilaridade (ID). Esse índice não surgiu de forma espontânea; foi o resultado de um processo complexo de disputas, experimentações e correções ao longo do tempo. Stephen Gorard (2011) se referiu a esse processo como a “batalha dos índices”, refletindo os esforços contínuos para alcançar uma medida eficaz e confiável.

O Índice de Dissimilaridade teve êxito em capturar o nível de segregação entre grupos em áreas urbanas, tornando-se uma referência por quase duas décadas. Esse período foi denominado por Massey e Denton (1988) como a “Pax Duncana”, em alusão à aceitação e estabilidade temporária que o índice proporcionou na pesquisa sobre segregação.

Apesar de serem sociólogos, Otis e Beverly Duncan estabeleceram um diálogo direto com a Geografia, incorporando conceitos de diferenciação e distribuição espacial. Eles se inspiraram nos trabalhos do geógrafo John Wright, especialmente em sua obra *Some Measures of Distribution*, publicada nos *Annals of the Association of American Geographers* (1937).

De fato, ao longo do tempo, diversos índices foram criados e ajustados em resposta às limitações identificadas nos métodos existentes. Uma das principais tensões estava relacionada à robustez estatística desses índices, que, por vezes, era acompanhada de uma fragilidade na representação dos padrões espaciais. Essas limitações levaram a questionamentos sobre a eficácia dos índices em capturar a complexidade e a dinâmica da segregação socioespacial no território urbano.

Esses desafios persistiram até a década de 1990, quando as análises sobre segregação, índices e Geografia entraram em uma nova fase. Nesse período, começou-se a problematizar não apenas as correlações estatísticas tradicionais, mas também a autocorrelação espacial em um contexto de espaço georreferenciado. Esse avanço permitiu identificar e mapear de maneira mais precisa os limites, as fronteiras e as escalas nos territórios urbanos.

O uso de técnicas como a Geoestatística e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) possibilitou a incorporação da dimensão espacial nos modelos de análise, oferecendo ferramentas para observar como os fenômenos de segregação se distribuem e se relacionam no espaço físico. Essa abordagem ampliou a capacidade de entender a segregação não apenas como uma distribuição desigual de grupos sociais, mas como um processo dinâmico influenciado por fatores espaciais e territoriais específicos.

De acordo com o geógrafo Arthur Getis (2010), embora a autocorrelação espacial esteja tradicionalmente associada à Estatística, sua relação com a Geografia possui raízes históricas profundas. Essa relação remonta aos trabalhos pioneiros de Walter Christaller (1933), que desenvolveu a teoria dos lugares centrais, e às contribuições da Ciência Regional de Walter Isard (1956). Posteriormente, o conceito foi aprofundado por Michael Dacey (1968), que consolidou o termo, até então referido como dependência espacial (*spatial dependence*), associação espacial (*spatial association*) ou interdependência espacial (*spatial interdependence*).

Arthur Getis (2008) também destaca que os princípios da autocorrelação espacial foram revigorados por pesquisadores da Ciência Regional, especialmente a partir das contribuições de Patrick Moran (1948) e Roy Geary (1954). Esse resgate conceitual foi fundamental para os avanços promovidos pelo geógrafo Luc Anselin (1988, 1990, 1995), que desenvolveu os Índices Locais de Associação Espacial (Local Indicators of Spatial Association – LISA).

O LISA se tornou o indicador mais utilizado na literatura contemporânea para identificar clusters espaciais e padrões de autocorrelação local (Garrocho e Campos-Alanís, 2013). Sua aplicação permite uma análise detalhada e precisa dos fenômenos espaciais, identificando áreas de concentração ou dispersão de características específicas em contextos urbanos e regionais. Dessa forma, a autocorrelação espacial e os métodos derivados dela se consolidaram como ferramentas indispensáveis para compreender e representar a complexidade dos processos de segregação socioespacial e outras dinâmicas territoriais.

No entanto, é fundamental reconhecer que os índices são construções epistêmicas, sujeitas tanto a potencialidades quanto a fragilidades. Eles oferecem rigor e objetividade ao estudo da segregação, mas não podem ser considerados verdades absolutas. A precisão estatística, por si só, não capta toda a complexidade dos processos sociais e espaciais. Portanto, a verdadeira riqueza desses instrumentos está na capacidade de integrar abordagens quantitativas e qualitativas em um diálogo interdisciplinar.

Essa integração permite que os índices sejam interpretados à luz da vida cotidiana, contextualizando os dados e revelando as dinâmicas sociais, culturais e políticas subjacentes. Ao combinar o rigor quantitativo com a profundidade interpretativa das abordagens qualitativas, torna-se possível não apenas mapear a segregação, mas também compreender suas implicações concretas para os indivíduos e comunidades afetadas. Dessa forma, os índices se tornam não apenas ferramentas de análise, mas também instrumentos críticos para a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas.

Atualmente, os debates sobre a segregação socioespacial evoluíram para além das três abordagens tradicionais – Escola de Chicago, teoria marxista e construção de índices quantitativos. Desde a última

década do século XX, novas perspectivas têm ampliado a compreensão desse fenômeno, introduzindo abordagens que consideram a escala como uma construção social e um processo relacional dinâmico.

Essa visão permitiu integrar de forma mais consistente os métodos quantitativos –como índices e mapas– com abordagens qualitativas que capturam as dinâmicas do cotidiano urbano, especialmente aquelas vivenciadas por grupos minoritários e marginalizados. Essa combinação entre métricas espaciais precisas e narrativas situadas abriu espaço para análises mais complexas e sensíveis às realidades sociais específicas, oferecendo uma visão multifacetada da segregação.

Essas novas abordagens desafiaram os paradigmas dominantes, que muitas vezes priorizavam modelos abstratos e generalistas, possibilitando análises que reconhecem a diversidade de experiências e os múltiplos processos que geram segregação. A integração do quantitativo com o qualitativo possibilita uma leitura crítica dos dados espaciais, contextualizando-os em práticas sociais, culturais e políticas.

Dessa forma, os debates contemporâneos oferecem ferramentas mais completas para compreender as desigualdades socioespaciais, promovendo análises mais justas e relevantes para a formulação de políticas públicas inclusivas e estratégias de planejamento urbano que considerem os direitos e as vozes dos segmentos mais vulneráveis da população.

A auto-segregação é uma das primeiras e mais estudadas formas de segregação socioespacial. Caracterizada por grupos sociais que voluntariamente se isolam em espaços específicos, ela reflete dinâmicas de distinção social e proteção de privilégios. Um dos autores que trouxe grande visibilidade a essa discussão foi Mike Davis, mesmo não sendo o pioneiro no tema. Sua obra *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles* (1990) é uma referência central na análise das novas formas de segregação urbana contemporânea.

A análise de Davis dialoga profundamente com a Geografia Urbana Crítica, ao denunciar como a segurança privada, os muros, e a vigilância intensiva criam ambientes urbanos fragmentados e desiguais. Em Los Angeles, ele identifica o surgimento de “arquiteturas da exclusão” e “paisagens de medo”, onde a auto-segregação das elites convive com a marginalização e a repressão dos grupos menos favorecidos.

A segregação vertical é uma das novas formas de pensar a segregação socioespacial nas cidades contemporâneas. Este fenômeno refere-se à diferenciação espacial dentro de edifícios ou estruturas verticais, onde grupos sociais distintos ocupam diferentes níveis conforme suas condições socioeconômicas. Como apontam Maloutas (2020) e Natera-Rivas, Larrubia-Vargas e Navarro-Rodríguez (2017), a segregação vertical revela dinâmicas complexas de ocupação urbana que vão além das tradicionais divisões horizontais entre bairros ou regiões.

A estrutura etária e o envelhecimento populacional emergem como fatores importantes na compreensão dos processos de segregação socioespacial. Esse fenômeno, relevante em muitos países devido ao crescimento expressivo da população idosa, representa uma questão central para a Geografia Urbana e para as dinâmicas urbanas contemporâneas (Garrocho e Campos-Alanís, 2021).

O envelhecimento populacional afeta diretamente as experiências de vida nas cidades, gerando adversidades específicas no cotidiano dessa população. Aspectos como acessibilidade ao trabalho, mobilidade, sociabilidade e educação se tornam restritivos à medida que as cidades não se adaptam às necessidades dos idosos. Quando esses fatores limitam a participação plena dessa faixa etária na vida urbana, a questão se transforma em um problema de integração social e, por consequência, de segregação etária.

Os idosos podem ser especialmente excluídos de determinadas áreas urbanas devido a barreiras físicas, como a falta de infraestrutura acessível, e sociais, como a ausência de redes de apoio ou atividades apropriadas. A segregação etária também pode ser evidenciada por padrões residenciais, como a concentração de idosos em bairros periféricos ou em edifícios não adaptados, bem como em comunidades exclusivas para a terceira idade, que, apesar de oferecerem suporte, podem intensificar o isolamento social.

Além disso, a segregação etária está relacionada à falta de políticas públicas que promovam cidades inclusivas e amigáveis para todas as idades. A ausência de serviços de transporte acessível, áreas de lazer adaptadas e programas de inclusão social agrava a segregação dessa população, limitando suas possibilidades de interação e pertencimento ao espaço urbano.

Portanto, considerar a dimensão etária nas análises de segregação permite um entendimento mais abrangente das desigualdades urbanas e reforça a necessidade de políticas que garantam a integração intergeracional e a criação de ambientes urbanos acessíveis e inclusivos para todas as faixas etárias.

A população com deficiência representa um grupo que enfrenta severos processos de segregação socioespacial, reforçados pela própria estrutura e organização das cidades contemporâneas. Conforme aponta o geógrafo Rob Kitchin (1998), as cidades são planejadas de modo que mantém as pessoas com deficiência em posições segregadas, limitando suas oportunidades de participação plena na vida urbana.

Além dos transportes, a mobilidade urbana e o acesso a espaços públicos e privados são comprometidos por uma série de barreiras físicas. A ausência de rampas, plataformas elevatórias, elevadores adaptados e outros recursos de acessibilidade impossibilita ou dificulta a circulação e a inclusão dessas pessoas na dinâmica urbana cotidiana. Essas barreiras não são apenas físicas, mas também simbólicas e sociais, reforçando a ideia de exclusão e invisibilidade desse grupo na vida urbana.

Outro fator relevante é a exclusão do sistema educacional. Em muitas cidades, os sistemas de ensino permanecem não inclusivos, carecendo de infraestrutura adequada e de profissionais preparados para atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência. Isso contribui para altos índices de evasão escolar, limitando o acesso à formação educacional e, por consequência, restringindo as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Essa exclusão educacional aprofunda as desigualdades econômicas, sociais e espaciais, perpetuando um ciclo de segregação e marginalização.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que políticas públicas e práticas urbanísticas priorizem a acessibilidade universal, garantindo que todas as pessoas possam usufruir dos mesmos direitos à cidade. A criação de transportes acessíveis, a adaptação de infraestruturas urbanas e a promoção de sistemas educacionais inclusivos são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, mesmo diante de toda uma história do tema, quando pensamos as questões relacionadas especificamente à relação entre a segregação e a relação entre migração e população estrangeira e, que se constituem como os pilares centrais do presente trabalho, os principais fatores que participam estão diretamente ligados à legalidade do status migratório, barreiras linguísticas (Dustmann & Fabbri, 2003), a validação de qualificações profissionais e acadêmicas (Tibajev & Hellgren, 2019), além das redes de apoio e solidariedade entre imigrantes (Ryan et al., 2008). No entanto, muitos estudos sobre segregação urbana na Espanha se limitam às grandes cidades (Sorando & Leal, 2019; Porcel & Antón, 2020), com poucos focando nas cidades médias ou pequenas (Checa & Arjona, 2006; Madariaga et al., 2020). A discussão sobre cidades médias na Espanha tem ganhado relevância, de modo semelhante ao que ocorre no Brasil, com a redução do crescimento populacional nas metrópoles e o aumento em cidades intermediárias.

As cidades médias espanholas, com populações entre 50 mil e 250 mil habitantes, exercem uma influência significativa sobre suas regiões circundantes. Além de oferecerem empregos e serviços variados, essas cidades são importantes centros de articulação econômica e social (Andrés & Bellet, 2022). Também são favorecidas por boas conexões de transporte, o que facilita a mobilidade regional e atrai investimentos. Essa estrutura contribui para o dinamismo econômico e a criação de empregos nessas cidades.

No Brasil, a partir dos anos 1980, observou-se um movimento migratório em direção ao interior e às cidades médias, que assumiram novas funções no contexto da reestruturação produtiva (De Mattos, 2010). O debate sobre essas cidades se expandiu, apontando para o seu papel como nós cruciais na rede urbana regional (Sposito, 2001; Batella et al., 2018). Embora o conceito de cidade média ainda seja objeto de debate, especialmente em um país com intensas desigualdades regionais, elas se destacam por suas especificidades, não por uma função homogênea. Como observa Batella (2013), essas cidades ocupam uma posição intermediária entre pequenas e grandes, rompendo com a hierarquia urbana tradicional.

A relação entre imigração, cidades médias e segregação urbana é particularmente relevante em países que atraem grandes fluxos migratórios. A segregação urbana, como analisado neste estudo, envolve processos de diferenciação e separação populacional, moldados por fatores econômicos, sociais e culturais (Vaughan & Arbaci, 2011; Tammaru et al., 2015). A literatura sobre segregação urbana se debruça sobre a estrutura

interna das cidades e como setores urbanos, como zonas residenciais e comerciais, interagem para moldar o espaço urbano e as relações sociais (Capel, 2002; Wacquant, 2007).

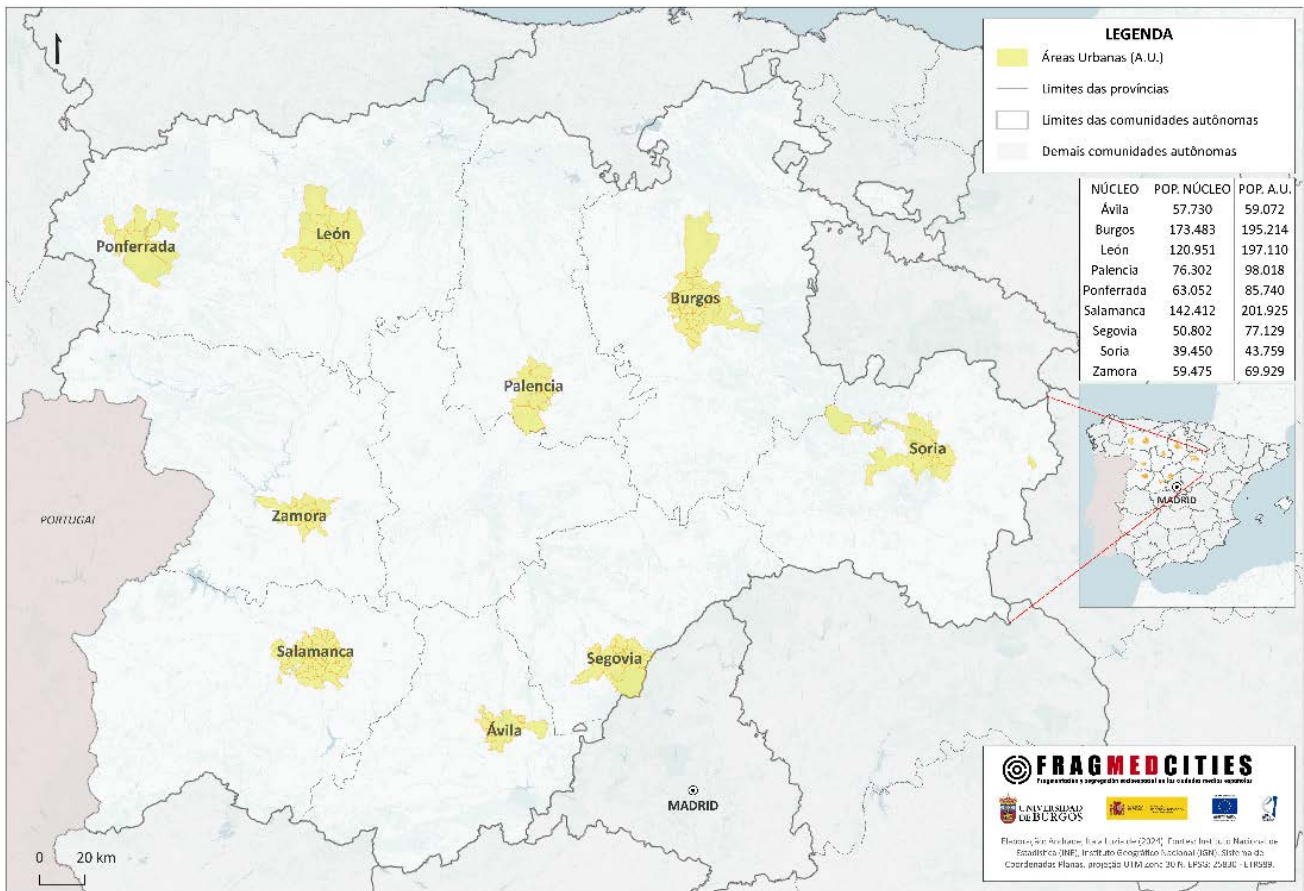
Estudos clássicos e contemporâneos (Wirth, 1929; Villaça, 1998) já demonstraram que a compreensão das dinâmicas internas das cidades é fundamental para entender as disparidades socioespaciais. Diante disso, o presente estudo explora como essas variáveis afetam a segregação da população brasileira em cidades médias espanholas. A análise destaca a importância de observar como esses imigrantes interagem com o espaço urbano e como essas cidades médias desempenham um papel fundamental na rede urbana espanhola. Na próxima seção, detalharemos os métodos utilizados para investigar essas questões e fundamentar a análise realizada.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

De um modo sistemático, a pesquisa se estrutura a partir de quatro grandes eixos metodológicos que são:

- **Recorte Espacial:** A abordagem segue a delimitação espacial definida no projeto de pesquisa "FRAGMEDCITIES: Segregación socioespacial y geografías de la vida cotidiana en las ciudades medias españolas y sus area urbanas. Referència: PID2021-124511NB-C21", financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação (MCIN) da Espanha. A análise mais ampla abrange 34 áreas urbanas de cidades médias, excluindo regiões litorâneas e áreas metropolitanas maiores. As cidades selecionadas possuem uma população entre 50 mil e 300 mil habitantes, com o conjunto das áreas urbanas não ultrapassando 400 mil residentes (Bellet & Andrés, 2021; Andrés et al., 2023). A delimitação dessas áreas foi feita com base em três critérios: influência urbana do núcleo principal, análise multicritério (urbanização, habitação, população e estrutura produtiva) e índice de transformação urbana (Andrés et al., 2023). Para o caso específico da análise, foram analisadas as cidades localizadas na Comunidade Autônoma de Castilla y León: Ávila, Burgos, León, Palencia, Ponferrada, Salamanca, Segovia, Soria e Zamora.
- **Método de Análise:** A investigação foi realizada em duas etapas: (1) análise da distribuição e evolução da imigração brasileira nas áreas urbanas selecionadas, e (2) aplicação do Índice de Segregação Residencial (ISR) para medir a segregação. A principal fonte de dados foi o Instituto Nacional de Estatística (INE), com séries históricas referentes à população brasileira e estrangeira nos anos 2003, 2007, 2012, 2017 e 2022, com base na Estatística do Padrão Contínuo de Habitantes.
- **Análise Temporal e Crescimento Populacional:** Os períodos analisados foram divididos em quatro intervalos: antes da crise de 2008 (2003-2007), durante a crise (2007-2012), recuperação econômica (2012-2017) e período pré-pandemia de Covid-19 (2017-2022). A taxa de crescimento geométrico foi calculada para avaliar o aumento da população brasileira e sul-americana. Além disso, analisou-se o peso relativo da imigração brasileira em comparação com o total de estrangeiros em cada cidade.
- **Segregação Residencial:** Para avaliar a segregação residencial da população brasileira, foi utilizado o Índice de Segregação Residencial (ISR), com dados do Censo de População e Habitação e do Atlas de Distribuição de Renda dos Domicílios de 2021, também elaborados pelo INE. O ISR mede a desigualdade na distribuição espacial de um grupo populacional, variando de 0 (distribuição equitativa) a 1 (máxima segregação). Embora originalmente aplicado em grandes cidades americanas, o índice foi adaptado às características das cidades médias espanholas, estabelecendo os seguintes parâmetros: baixa segregação (<0,3), moderada (0,3-0,4) e alta (>0,4) (Kantrowitz, 1973; Massey & Denton, 1993).

Figura 1. Localização das áreas urbanas das cidades médias de Castilla y León e sua população



Fonte: elaboração dos autores, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estadística (2022).

Figura 2. Síntese explicativa sobre o Índice De Segregação Residencial (ISR).

$$ISR = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left| \frac{a_i}{A} - \frac{b_i}{B} \right|$$

a_i é a população do grupo de interesse na unidade espacial i ,
 A é a população total do grupo de interesse em toda a cidade,
 b_i é a população do grupo de comparação na unidade espacial i ,
 B é a população total do grupo de comparação em toda a cidade,
 n é o número total de unidades espaciais consideradas.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Como resultados esperados, a análise buscou identificar a segregação socioeconômica, considerando variáveis como renda, desemprego e nível educacional. Através dessa metodologia, foi possível observar padrões de segregação e compreender como a população brasileira se distribui espacialmente nas cidades médias analisadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro aspecto a ser explorado nesta análise são os resultados que tratam, de maneira relacional, da evolução e da dinâmica demográfica da população absoluta nas nove áreas urbanas estudadas, examinadas ao longo de cinco períodos temporais distintos. Essa abordagem permite identificar padrões de crescimento, estagnação ou declínio populacional, oferecendo uma visão das transformações demográficas ocorridas

nessas áreas urbanas. Além disso, será examinada a presença da população estrangeira, cuja variação em escala será analisada com base em sua origem geográfica. Particular atenção será dada aos fluxos migratórios provenientes da América do Sul, que têm desempenhado um papel significativo na composição demográfica dessas áreas. Dentro desse contexto regional, a análise será aprofundada no que se refere à inserção e à distribuição espacial da população brasileira, com o objetivo de compreender sua participação nos processos de segregação e integração urbana, objeto central desta análise. Esses dados permitem uma compreensão das dinâmicas migratórias e de suas implicações socioespaciais para as cidades médias de Castilla y León, trazendo à luz a complexidade das interações entre a população estrangeira e a estrutura urbana, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Figura 3. *Evolução demográfica das áreas urbanas de cidades médias de Castilla y León e das populações absolutas de estrangeiros, sul-americanos e brasileiros*

ESTRANGEIROS						BRASILEIROS					
Cidade	2003	2007	2012	2017	2022	Cidade	2003	2007	2012	2017	2022
Ávila	2.113	3.452	6.094	5.459	6027	Ávila	34	39	69	72	89
Burgos	6.653	12622	19515	17404	21112	Burgos	130	424	611	509	623
León	6748	11941	15740	14266	16584	León	166	549	637	517	590
Palencia	2177	4131	6063	5670	6983	Palencia	33	177	231	217	282
Ponferrada	5532	7639	9600	8433	8443	Ponferrada	110	251	295	257	274
Salamanca	8583	12345	16833	14885	19291	Salamanca	374	631	713	602	780
Segovia	3658	7810	9880	8435	10131	Segovia	51	222	201	155	204
Soria	2122	4272	6008	5220	6835	Soria	57	127	121	113	141
Zamora	1875	3277	4396	3930	4267	Zamora	39	106	113	108	112
Total	39.461	67.489	94.129	83.702	99.673	Total	994	2.526	2.991	2.550	3.095

POPULAÇÃO - ÁREAS URBANAS						SULAMERICANOS					
Cidade	2003	2007	2012	2017	2022	Cidade	2003	2007	2012	2017	2022
Ávila	53036	54937	60190	59420	59072	Ávila	865	1.086	1.669	1.858	2377
Burgos	181448	189648	199172	195693	195214	Burgos	2.774	4072	5500	5081	7253
León	193423	202265	207534	201833	197110	León	2250	3330	3749	3578	5188
Palencia	98160	100866	101931	99995	98018	Palencia	734	1386	1883	1850	2676
Ponferrada	88723	91684	93934	89848	85740	Ponferrada	1273	1820	2265	1956	2224
Salamanca	195411	203692	208947	203588	204342	Salamanca	2610	3811	4841	4675	6788
Segovia	69992	75178	78083	76237	77129	Segovia	984	1742	2105	1877	2812
Soria	37320	41075	43710	43857	43759	Soria	894	1770	2216	1911	2870
Zamora	68119	74826	75424	72635	69920	Zamora	356	727	824	885	1201
Total	917513	959345	993501	969471	960384	Total	12.740	19.744	25.052	23.671	33.389

Fonte: elaboração dos autores, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estadística (2022).

Sobre as áreas urbanas de Castilla y León, entre 2003 e 2012, observou-se um crescimento populacional significativo, com o total de habitantes passando de 917.513 para 993.501. Cidades como Burgos, León e Salamanca se destacaram como os principais polos de atração populacional, devido ao desenvolvimento econômico e à expansão urbana ocorrida nesse período. No entanto, entre 2012 e 2017, houve uma desaceleração demográfica, com a população total reduzindo para 969.471, resultado, em parte, dos efeitos prolongados da crise econômica de 2008, que impactou tanto o crescimento urbano quanto os fluxos migratórios. A partir de 2017, algumas cidades voltaram a registrar crescimento, enquanto outras, como Ponferrada e Zamora, continuaram a apresentar declínio populacional, resultando, o conjunto das áreas analisadas, em uma população total de 960.384 em 2022.

De maneira semelhante, a população estrangeira nas áreas urbanas de Castilla y León seguiu um padrão de crescimento entre 2003 e 2012, com aumento de 39.461 para 94.129 indivíduos. Burgos, Salamanca e León concentraram a maior parte desses imigrantes. No entanto, a crise econômica também influenciou negativamente a dinâmica migratória, levando à retração da população estrangeira, que caiu para 83.702 em 2017. Após esse período de declínio, houve uma recuperação até 2022, quando o número de imigrantes estrangeiros atingiu 99.673. A distribuição desses imigrantes reflete variações nas oportunidades econômicas e nas políticas de integração, evidenciando a complexidade das dinâmicas migratórias regionais.

A população sul-americana seguiu um padrão semelhante, com um crescimento expressivo entre 2003 e 2012, passando de 12.740 para 25.052. Cidades como Burgos, Salamanca e León concentraram a maior parte desses imigrantes, refletindo a busca por melhores condições de vida. No entanto, entre 2012 e 2017, a população sul-americana diminuiu para 23.671, provavelmente em função de uma desaceleração nos fluxos

migratórios ou da saída de imigrantes, influenciada pela crise econômica. A partir de 2017, observou-se uma recuperação, com um total de 33.389 sul-americanos em 2022, o que ressalta a importância desse grupo na configuração demográfica de Castilla y León.

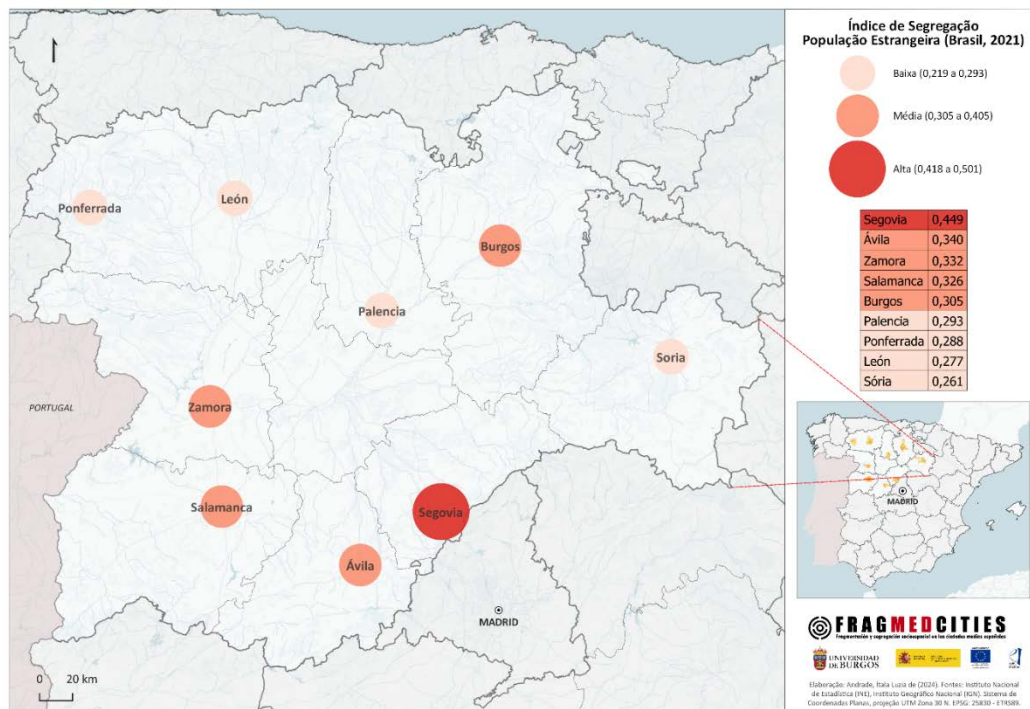
No caso específico da população brasileira, entre 2003 e 2012, houve um crescimento contínuo em todas as cidades analisadas, com o número de brasileiros aumentando de 994 para 2.991. Esse crescimento reflete o aumento dos fluxos migratórios brasileiros para a região, com destaque para cidades como Salamanca, Burgos e León, que registraram incrementos significativos. Salamanca, por exemplo, passou de 374 brasileiros em 2003 para 713 em 2012, consolidando-se como um dos principais destinos para imigrantes brasileiros.

Entre 2012 e 2017, verificou-se uma leve redução na população brasileira, de 2.991 para 2.550. Essa diminuição pode estar associada a fatores econômicos, como a escassez de oportunidades de trabalho, ou à migração de brasileiros para outras regiões da Espanha, da Europa ou até mesmo ao retorno ao Brasil. Cidades como Burgos e León apresentaram declínios notáveis, com suas populações brasileiras caindo de 611 para 509 e de 637 para 517, respectivamente. Esse período de retração sugere que algumas cidades podem ter enfrentado dificuldades em reter imigrantes brasileiros, seja pela redução de oportunidades econômicas ou por barreiras de integração, que não são reveladas apenas pelos dados demográficos.

Entretanto, entre 2017 e 2022, a população brasileira voltou a crescer, alcançando um total de 3.095 indivíduos. Salamanca continua sendo a cidade com o maior número de brasileiros (780 em 2022), seguida por Burgos e León. Embora o crescimento nesse período tenha sido mais modesto, ele reflete uma estabilização dos fluxos migratórios e uma possível melhoria nas condições econômicas e sociais da região, atraindo novamente imigrantes brasileiros.

Assim, a presença da população brasileira em Castilla y León permanece relevante, contribuindo para a diversidade e para as dinâmicas demográficas da região. Esse panorama revela a necessidade de uma análise mais detalhada dos fatores que influenciam a integração e permanência dessa população, considerando o impacto das políticas públicas locais e das condições econômicas regionais.

Figura 4. Índices de segregação residencial das áreas urbanas das cidades médias de Castilla y León



Fonte: elaboração dos autores, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estadística (2022).

Sobre os resultados referentes à segregação da População Brasileira em Castilla y León, em 2021, observa-se um quadro distinto entre as diferentes cidades da região. A partir de uma análise e interpretação cartográfica, verifica-se que a segregação está associada a processos que levam à concentração de determinados grupos sociais em áreas específicas das cidades, frequentemente resultando em barreiras físicas e simbólicas que limitam a interação com outros grupos populacionais e/ou restringem o acesso a oportunidades econômicas e sociais. Nesse contexto, a segregação urbana não é apenas um reflexo da distribuição espacial, mas um fenômeno que revela desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais.

A segregação pode manifestar-se de diversas maneiras, sendo impulsionada por fatores como o acesso à moradia, a proximidade de oportunidades de emprego, o nível de integração social, as políticas de planejamento urbano, bem como o histórico de imigração e suas próprias redes de proteção e solidariedade. Nas cidades analisadas, essas variáveis parecem atuar de forma diferenciada na distribuição da população brasileira. Cidades como León, Ponferrada e Soria, que apresentam índices de segregação mais baixos (0,277, 0,288 e 0,261, respectivamente), indicam uma dispersão menos concentrada no tecido urbano, embora não seja possível constatar isso de forma precisa ao nível da organização interna das cidades em seus diferentes setores. Esses índices sugerem que a população brasileira, nessas cidades, estaria teoricamente mais integrada espacialmente, o que pode refletir a presença de condições socioeconômicas favoráveis, como um acesso mais equitativo à moradia, além de políticas locais e sociais mais inclusivas.

Por outro lado, cidades como Ávila (0,340), Zamora (0,332) e Salamanca (0,326) exibem níveis médios de segregação. Esses valores indicam que, embora haja uma dispersão da população brasileira, ainda persiste uma tendência de concentração em áreas específicas. Essa concentração pode ser explicada, hipoteticamente, por fatores como a busca por coesão social dentro de redes migratórias preexistentes ou pela falta de acesso a oportunidades habitacionais em determinadas áreas, possivelmente em função de barreiras econômicas, como os preços elevados em certos bairros ou setores urbanos. Nesses casos, a segregação poderia estar associada a dinâmicas econômicas que favorecem a formação de "enclaves de imigrantes", gerando um afastamento relativo em relação à população espanhola e dificultando, conseqüentemente, uma integração social mais ampla.

Segovia, com o índice de segregação mais alto (0,449), destaca-se pela elevada concentração da população brasileira em determinados bairros ou zonas urbanas. Esse nível elevado de segregação pode refletir tanto barreiras econômicas, como o custo elevado da moradia em áreas centrais ou privilegiadas, quanto a influência de fatores locais, como a importância do turismo, que gera uma demanda habitacional com certo grau de massificação, e a proximidade com a Comunidade de Madrid, onde as rendas são mais altas, o que pode influenciar a dinâmica de segregação.

Por conseguinte, a análise do índice de segregação para as cidades médias de Castilla y León revela a complexidade das dinâmicas urbanas que influenciam a distribuição da população brasileira. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que visem à integração dessa população, buscando minimizar as barreiras socioeconômicas que tendem a reforçar a segregação urbana. No caso específico de Segovia, é fundamental a adoção de intervenções que abordem os fatores estruturais responsáveis pelos altos níveis de segregação, tanto da população brasileira quanto de outros grupos populacionais, promovendo uma cidade mais inclusiva e integrada para todos os seus habitantes.

5. CONCLUSÕES

As considerações finais sobre a distribuição espacial da população brasileira nas cidades médias de Castilla y León revelam dinâmicas migratórias que apresentam particularidades regionais em comparação com outras áreas da Espanha (Robaina et al., 2024). De fato, conforme apontado em discussões na literatura, as cidades médias, de maneira geral, apresentam níveis de segregação inferiores aos das grandes áreas metropolitanas para o caso do território espanhol. Além disso, no contexto das cidades médias do interior peninsular, essas áreas oferecem uma integração relativamente mais homogênea aos imigrantes brasileiros, com índices de segregação residencial que variam predominantemente entre baixos e moderados. No entanto, é importante destacar que a cidade de Segovia se diferencia das demais ao apresentar um nível

elevado de segregação, o que demanda uma análise mais aprofundada para compreender os fatores que a fazem destoar do comportamento geral das outras áreas urbanas da região.

Dessa forma, as análises sobre a distribuição espacial da população brasileira nas cidades médias de Castilla y León mostram que a segregação urbana vai além de uma simples relação entre desigualdade e pobreza. A segregação nessas cidades não pode ser explicada exclusivamente por fatores socioeconômicos; trata-se de um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos elementos, como a organização do espaço urbano, as redes sociais e as particularidades das comunidades imigrantes. O caso de Segovia, por exemplo, apresenta níveis de segregação elevados em comparação com outras cidades da região, como León e Salamanca. Essa disparidade sugere que a segregação em cidades médias deve ser analisada a partir de uma perspectiva mais ampla, que leve em consideração não apenas as condições de desigualdade, mas também as nuances territoriais e as formas de ocupação e integração da população estrangeira.

Propõe-se, como hipótese para futuras pesquisas, investigar se a distribuição da população estrangeira, especialmente dos brasileiros, nas cidades médias de Castilla y León é influenciada por fatores como o acesso a redes de solidariedade, a proximidade de oportunidades de trabalho e a escolha de áreas residenciais que possuam características culturais e sociais específicas. No caso de Segovia, o padrão elevado de segregação chama atenção para a necessidade de se compreender a influência de outros fatores, como políticas habitacionais, a oferta de serviços públicos e o papel das redes sociais na definição dos padrões de mobilidade e residência. Não se trata apenas de mapear onde os brasileiros residem, mas de entender como essas circunstâncias se materializam no espaço urbano e de que forma as estruturas urbanas e sociais moldam essas decisões, além de realizar comparações com outros grupos de população estrangeira.

A pesquisa sobre segregação urbana em cidades médias contribui de maneira significativa para os estudos geográficos, fornecendo novas perspectivas sobre a relação entre território e população estrangeira. A distribuição espacial dos brasileiros em Castilla y León pode ser entendida como um reflexo de dinâmicas territoriais mais amplas, ou seja, diante das formas, funções, estruturas e significados que os imigrantes constroem ao navegar pelo espaço urbano em busca de oportunidades e melhores condições de vida.

A abordagem geográfica aqui proposta também permite uma compreensão mais refinada sobre como a segregação urbana se manifesta em cidades médias, que possuem características distintas em relação às grandes metrópoles. As cidades médias espanholas, embora não apresentem os mesmos níveis de polarização social das grandes áreas metropolitanas, possuem dinâmicas complexas de interação entre populações locais e estrangeiras, o que pode resultar em formas sutis de segregação. O caso de Segovia, portanto, evidencia a necessidade de uma investigação mais aprofundada dessa complexidade, incorporando variáveis culturais, sociais e territoriais.

Em conclusão, a segregação urbana em cidades médias de Castilla y León, especialmente em Segovia, destaca-se por sua complexidade, que vai além das explicações baseadas unicamente na desigualdade econômica. O estudo desse fenômeno abre novas possibilidades para compreender a distribuição da população estrangeira no território espanhol, contribuindo de forma relevante para os estudos geográficos e o planejamento urbano. Além disso, traz implicações diretas sobre como concebemos e gerimos as cidades médias diante de fluxos migratórios crescentes, o que poderá estabelecer novas formas de organização socioespacial no território espanhol nas próximas décadas, além de proporcionar elementos teóricos inovadores para a explicação do fenômeno em cidades médias espanholas.



Declaração responsável: Os autores declaram que não existe conflito de interesses em relação à publicação deste artigo. O texto contou com pesquisa e sistematização de dados das cidades pesquisadas por Igor Martins, Itala Andrade e Gonzalo Andrés, e revisão, análise e finalização por parte de Carlos Hugo Soria.

6. REFERENCIAS

- Andrés, G., & Bellet, C. (2022) El planeamiento urbanístico y la transformación reciente de las ciudades medias españolas (1979-2019). En C. Bellet & F. Cebrián (Eds.), *Ciudades medias en España: Urbanización y políticas urbanísticas (1979-2019)* (pp. 15-42). Universitat de Lleida
- Andrés, G., Bellet, C., & Cebrián, F. (2023) Buscando límites a la urbanización dispersa: Metodología para la delimitación de áreas urbanas en las ciudades medias españolas. *Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística*, 26, 143–166, <https://doi.org/10.24197/ciudades.26.2023.143-166>
- Anselin, L. (1988). *Spatial Econometrics: Methods and Models*. Kluwer Academic Publishers.
- Anselin, L. (1990). Spatial Dependence and Spatial Structural Instability in *Applied Regression Analysis. Journal of Regional Science*, 30, 185-207. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.1990.tb00092.x>
- Anselin, L. (1995). Local Indicators of Spatial Association–LISA. *Geographical Analysis*, 27(2), 93-115. <https://doi.org/10.1111/j.1538-4632.1995.tb00338.x>
- Barrio, Á., & Duarte, E. (2012) La inmigración brasileña en España: Consideraciones a partir de datos estadísticos. *Studia Zamorensia*, 11, 65-86. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=2302>
- Batella, W.B. (2013). *Os limiars das cidades médias: Reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni* (Doctoral dissertation, Universidade Estadual Paulista, Brazil). <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/105083>
- Batella, W., Barros, S.F.S., & Maria, A.C.S. (2018) Cidade e comércio: As galerias em Viçosa – MG. *Acta Geográfica*, 12(29), 94-107, <https://doi.org/ISSN 1980-5772>
- Becerril, D., & Cabello, J. (2022) Matrimonios y divorcios transnacionales entre Brasil y España. *Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones*, 56, 1-22, <https://doi.org/10.14422/mig.2022.023>
- Bellet, C., & Andrés, G. (2021) Urbanización, crecimiento y expectativas del planeamiento urbanístico en las áreas urbanas intermedias españolas (1981-2018). *Investigaciones Geográficas*, 76, 31-52, <https://doi.org/10.14198/INGEO.18054>
- Brasil (2023). Comunidades brasileiras no exterior: Ano-base 2022. Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídico, 2023. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>
- Brun, J., & Chauviré, Y. (1983) La ségrégation sociale: questions de terminologie et de méthode. *Espace, populations, sociétés*, 1(1), 75-85. https://www.persee.fr/doc/espos_0755-7809_1983_num_1_1_906
- Capel, H. (2022). *La morfología de las ciudades: Tomo I: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Ed. Serbal.
- Carling, J., & Schewel, K. (2020). Revisiting aspiration and ability in international migration. In F.L. Collins & J. Carling (Eds.), *Aspiration, desire and the drivers of migration* (pp. p. 37-55). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429281181-2/-j%C3%B8rgen-carling-kerilyn-schewel>
- Cavalcanti, L., & Parella, S. (2012) Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños: Re-pensando el retorno desde una perspectiva transnacional. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 2(2), 109-124. <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042018002.pdf>
- Checa, J.C., & Arjona, Á. (2006) Segregación y condiciones residenciales de los inmigrantes africanos en Almería (España). *Migraciones Internacionales*, 3(3), 81-106. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062006000100004
- Corrêa, R. (2022). *Notas sobre diferenciação espacial*. Geosp.
- Christaller, W. (1983)[1933]. Die zentralen Orte in Suddeutschland: Eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen. Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Dacey, M. (1968). A review on measures of contiguity for two and k-color maps. In B. Berry & D. Marble (Eds.), *Spatial Analysis: A Reader in Statistical Geography*. Englewood Cliffs (pp. 479-495). Prentice-Hall.

- Davis, M. (1990). *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. Verso
- De Mattos, C.A. (2010). Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: De la ciudad a lo urbano generalizado. *Revista de Geografía Norte Grande*, 47, 81-104. <https://revistanorte grande.uc.cl/index.php/RGNG/issue/view/2281>
- De Souza, B., & Gonçalves, D.A. (2020) Invisibilidade da imigração galega e a produção de uma identidade social híbrida nas novas terras (São Paulo, 1880-1910). *Historia y Memoria de la Educación*, 12, 57-80. <https://doi.org/10.5944/hme.12.2020.25979>
- Dustmann, C., & Fabbri, F. (2003). Language proficiency and labour market performance of immigrants in the UK. *The Economic Journal*, 113(489), 695-717. <https://www.ucl.ac.uk/~uctpb21/Cpapers/languageproficiency.pdf>
- Entrikin, N. (1980). Robert Park's Human Ecology and Human Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 70(1), 43-58. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1980.tb01296.x>
- Garrocho, C., & Campos-Alanís, J. (2013). Réquiem por los indicadores no espaciales de segregación residencial. *Papeles de Población*, 19(77). <https://rppoblacion.uaemex.mx/article/view/8389>.
- Garrocho, C., & Campos-Alanís, J. (2021) *Segregación socioespacial de la población mayor: la dimensión desconocida del envejecimiento*. El Colegio Mexiquense
- Geary, R. (1954). The contiguity ratio and statistical mapping. *The Incorporated Statistician*, 5(3), 115-145. <https://doi.org/10.2307/2986645>
- Getis, A. (2008). A History of the Concept of Spatial Autocorrelation: A Geographer's Perspective. *Geographical analysis*, 40(3), 297-309, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1538-4632.2008.00727.x>
- Getis, A. (2010). Spatial Autocorrelation. In *Handbook of Applied Spatial Analysis* (pp. 255-275). Springer.
- Gorard, S. (2011). Measuring segregation - beware of the cautionary tale by Johnston and Jones. *Environment and Planning*, 43(1), 3-7. <https://doi.org/10.1068/a433309>
- Guizardi, L. (2013). Para pensar las redes transnacionales: Itinerarios e historias migratorias de los capoeiristas brasileños en Madrid. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 10, 229-271. <https://doi.org/10.1590/S1809-43412013000200008>
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Johns Hopkins University Press.
- Harvey, D. (1975). Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation. In *Processes in physical and human geography* (pp. 354-369). Heinemann Educational.
- Harris, R. (2016). Measuring segregation as a spatial optimisation problem, revisited: a case study of London, 1991–2011. *International Journal of Geographical Information Science*, 30(3), 474-493. <https://doi.org/10.1080/13658816.2015.1032973>
- Hiebert, D. (2009). Measurement of segregation. In D. Gregory et al. (Eds.), *Dictionary of Human Geography*. Blackwell
- Holloway, S. (2017). *Residential Segregation*. AAG International Encyclopedia of Geography, Wiley.
- Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) (2022). Estadísticas de población. <https://www.ibge.gov.br/>
- Instituto Nacional de Estadística (INE) (2023). Censos de Población y Viviendas 2021: Metodología. Versión provisional. Subdirección General de Estadísticas Demográficas. <https://doi.org/10.1080/09687599826678>
- Isard, Walter (1956). *Location and Space Economy*. MIT Press
- Kaplan, D., & Woodhouse, K. (2005). Research in ethnic segregation ii: measurements, categories, and meanings. *Urban geography*, 26(8), 737-745. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.26.8.737>.
- Kitchin, R. (1998). 'Out of Place', 'Knowing One's Place': Space, power and the exclusion of disabled people. *Disability & society*, 13(3), 343-356. <https://doi.org/10.1080/09687599826678>

- Kantrowitz, N. (1973). Ethnic and racial segregation in the New York metropolis: Residential patterns among white ethnic groups, blacks, and Puerto Ricans. Praeger Special Studies. In *US Economic, Social and Political Issues Series*. <https://eric.ed.gov/?id=ED088977>
- Lussault, M. (2003). Ségrégation. In *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Belin,
- Lussault, M. (2015). *La construcción social del espacio humano*. Amorrortu.
- Madariaga, R., Martori, J.C., & Oller, R. (2020). Renta salarial, desigualdad y segregación residencial en las ciudades medianas de Cataluña. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 24. <https://doi.org/10.1344/sn2020.24.28202>
- Malheiros, J. (2002). Ethni-cities: Residential patterns in the Northern European and Mediterranean metropolises—Implications for policy design. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 107-134. <https://doi.org/10.1002/ijpg.247>
- Maloutas, T. (2020). Vertical social differentiation as segregation in spatial proximity. In *Handbook of urban segregation* (pp. 325-345). Edward Elgar Publishing.
- Massey, D.S., & Denton, N.A. (1988). The dimensions of residential segregation. *Social Forces*, 67(2), 281-315. <https://doi.org/10.2307/2579183>
- Merry, M. (2011). Does Segregation Matter? In J. Bakker, E. Denessen, G. Walvaren, D. Peters, *International Perspectives on Countering School Segregation* (pp. 249-260). Garant Uitgever.
- Merrifield, A. (2006). *Henri Lefebvre: a critical introduction*. Routledge.
- Ministério das Relações Exteriores (2023). Estadísticas de imigração. <https://www.gov.br/pt-br>
- Moran, P. (1948). The interpretation of statistical maps. *Journal of the Royal Statistical Society*, 10, 243-251. <https://www.jstor.org/stable/2983777>
- Musterd, S. (2020). Urban segregation: Contexts, domains, dimensions and approaches. In *Handbook on urban segregation* (pp. 2-17). Edward Elgar Publishing.
- Natera-Rivas, J.J., Larrubia-Vargas, R., & Navarro-Rodríguez, S.R. (2017). Evidencias sobre la segregación vertical en ciudades del sur de Europa. El caso de la ciudad de Málaga. *Papeles de población*, 23(92), 185-216. <https://doi.org/10.22185/24487147.2017.92.017>
- Nightingale, C. (2012). *Segregation: a global history of divided cities*. University of Chicago Press,
- Parella, S., & Cavalcanti, L. (2010). La movilidad ocupacional de las mujeres inmigrantes brasileñas en España. *Sociedad y Economía*, 19, 11-32. <http://www.scielo.org.co/pdf/soec/n19/n19a02.pdf>
- Pérez, J. (2015). Examining trafficking statistics regarding Brazilian victims in Spain and Portugal. *Crime, Law and Social Change*, 63, 159-190. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10611-015-9562-x>
- Piscitelli, A. (2009). Tránsitos: Circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. *Horizontes Antropológicos*, 15, 101-136. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000100005>
- Porcel, S. (2020) *Desigualdad social y segregación residencial, una relación compleja*. Foessa.
- Robaina, I., Soria, C.H., Andrés, G., & Andrade, I.L. (2024). La población brasileña en las ciudades medias españolas: evolución demográfica y manifestaciones de la segregación residencial. In Actas del Coloquio internacional de Geografía urbana. Valladolid - Burgos. La ciudad "veinte - treinta": miradas a los espacios urbanos del s. XXI. <https://riubu.ubu.es/handle/10259/9350?locale-attribute=de>
- Solé, C., Cavalcanti, L., & Parella, S. (2011). La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España. *Observatorio de la Inmigración. Ministerio de Trabajo e Inmigración*. https://ddd.uab.cat/pub/llibres/2011/217027/inmbraest_a2011iSPA.pdf
- Sorando, D., & Leal, J. (2019). Distantes y desiguales: El declive de la mezcla social en Barcelona y Madrid. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 167, 125-148. <https://doi.org/10.5477/cis/reis.167.12>

- Sposito, M.E.B. (2001). Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média* (pp. 235-254). Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP.
- Tammaru, T., Van Ham, M., Marcińczak, S., & Musterd, S. (2015). *Socio-economic segregation in European capital cities: East meets West*. Routledge.
- Tibajev, A., & Hellgren, C. (2019). *The effects of recognition of foreign education for newly arrived immigrants*. *European Sociological Review*, 35(4), 506-521. <https://doi.org/10.1093/esr/jcz011>
- Vaughan, L., & Arbaci, S. (2011). The challenges of understanding urban segregation. *Built Environment*, 37(2), 128-138. <https://doi.org/10.2148/benv.37.2.128>
- Vasconcelos, P. (2013). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. Editora Contexto.
- Villaça, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel.
- Villaça, F. (2001). *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute.
- Wacquant, L. (2007). *Los condenados de la ciudad: Gueto, periferias y Estado*. Ed. XXI.
- Wirth, L. (1929). *The ghetto*. University of Chicago Press.
- Wong, D. (2009). Segregation índices. In *International Encyclopedia of Human Geography* (pp. 76-80). Nigel. Elsevier.